



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: CALVO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 20 DE MAIO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Declaro abertos os trabalhos da 6ª audiência pública de 2015 da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher.

Estão presentes os Srs. Vereadores: Aníbal de Freitas, Wadih Mutran, Noemi Nonato, Natalini e Calvo.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Esta é a primeira audiência pública do PL 516/10, do Vereador Quito Formiga. Há algum assessor do Vereador Quito Formiga presente? (Pausa) Não.

Não há oradores inscritos? Vou fazer uma defesa rápida. O diabetes tipo 1, diabete juvenil, atacam as crianças e elas são insulinas dependentes e sabemos que o coma hipoglicêmico é muito pior que o coma hiperglicêmico. Isso visa poder dar atendimento às crianças diabéticas.

Porém, claro que não é só manter insulina. Vai ter de ter mecanismos de diagnóstico. Às vezes a criança esquece a insulina em casa e tem insulina lá. Este projeto está em audiência pública, já terminou e deverá prosperar.

Próximo item da pauta, PL 304/11, do Vereador Salomão Pereira. Há algum assessor do Vereador Salomão? (Pausa) Há algum orador inscrito? (Pausa).

Pela própria ementa vemos que é um projeto meritório que fala sobre higiene e fixação de preço de alimentos. Então, só tem de prosperar. Realizada a audiência pública.

Próximo item da pauta, PL 316/14, do Vereador Eduardo Tuma. Em discussão. Há algum assessor do Vereador Tuma? (Pausa) Há algum orador inscrito? (Pausa). Não.

Também pelo mérito, visa combater o uso de entorpecentes por crianças e adolescentes. Então, tem mérito e deverá prosperar.

Está realizada a primeira audiência pública dos PLs 516/10, 304/11, 316/14.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Qual é o projeto de lei que o senhor quer falar?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – 316, o último.

Está inscrito para falar o Dr. Eurípedes sobre o Projeto de Lei 316/14, do Vereador Eduardo Tuma.

O SR. EURÍPEDES – Não vou falar oficialmente em nome da secretaria porque ainda não recebemos o projeto lá, mas tem uma questão que preocupa nos serviços de saúde, quando o serviço de saúde passa a ter uma demanda como se fosse um órgão de outra esfera, porque no serviço de saúde temos de ter a preocupação de atender as pessoas do ponto de vista da saúde.

Se houver alguma medida que afugente essas pessoas do serviço de saúde, deixamos de cumprir o nosso papel. Por isso que a questão do sigilo é fundamental na saúde. Então, só gostaria de alertar – não estou me manifestando oficialmente em nome da secretaria, como já disse. Como os senhores sabem, só fazemos isso nos projetos quando somos demandados pela ATL e respondemos à ATL que responde à liderança do Governo na Casa.

De qualquer maneira, só queria expor essa preocupação para reflexão da Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Também pode.

Como é o nome do senhor, por favor? Tem a palavra o Sr. João Bosco Casarim Arcieri.

O SR. JOÃO BOSCO CASARIM ARCIERI – Em complementação ao que o Dr. Eurípedes falou, eu acho que tem uma questão de qual seria a função dessa identificação. Então, do ponto de vista de saúde, o que se espera é que a criança ou adolescente, o cidadão

que chega a unidade de saúde em uma situação dessas deva ter, primeiro, um atendimento integral. Não só ser atendido do ponto de vista da recuperação do seu estado físico, mas que, eventualmente, tenha outras atenções de caráter social para que se identifique qual é a situação mais global desse sujeito.

Do ponto de vista de notação, de registro, temos um sistema que chama Sinan, que registra as ocorrências dessa natureza. Então, as intoxicações de qualquer natureza têm de ser necessariamente uma notificação obrigatória nesse sistema nacional de notificação. Esses registros servem como uma fonte de informação para o desencadeamento de ações públicas.

Então, se eu quero fazer algum tipo de mapeamento para saber, por exemplo, em uma determinada situação da Cidade que tenha mais situações de alcoolismo ou algum tipo de droga, esse sistema, se for bem alimentado, vai me ajudar a ter esse mapeamento.

A partir desse mapeamento, pode-se fazer um *pool* de secretarias em ações públicas - que sejam ações coletivas justamente não desencadeando aquela persecutoriedade que o Dr. Eurípedes acabou de dizer, se vou atrás de um caso específico. Acho que do ponto de vista de ação pública é muito mais importante pensarmos em ações coletivas do que individualizadas, uma vez que ele está sendo atendido, que eventualmente vai ser atendido de uma forma mais global e que, portanto, não está se deixando de fazer a ação que a Secretaria da Saúde, no caso, teria que proceder.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Está bem. Muito obrigado. Esse é o tipo de projeto que vamos precisar de mais uma audiência pública. Vamos fazer uma bela divulgação e travar mais debates.

PL 516/2010, do Vereador Quito Formiga, dispõe sobre escolas, públicas e particulares localizadas no Município de São Paulo, manterem no estoque uma dose de insulina e dá outras providências.

Tem a palavra o Sr. João Bosco Casarim Arcieri.

O SR. JOÃO BOSCO CASARIM ARCIERI – A questão da presença da insulina,

lógico que ajudaria para alguma ocorrência eventual e mais emergencial. Temos ações emergenciais, temos o SAMU e o que se procura fazer sempre é que as unidades de saúde estejam sempre abertas para essas situações nos seus horários e depois temos as AMAs, os PSs.

Então temos uma rede de assistência que pode dar cobertura para essas situações, principalmente durante o dia, que é o horário em que as crianças estão em período escolar. A questão da manutenção da insulina dentro de uma unidade escolar cria um complicador que é a situação do armazenamento, porque a insulina não pode ficar fora de um sistema de refrigeração. E esse sistema de refrigeração não pode ser o mesmo, por exemplo, utilizado para guardar alimentos da escola. Teria de ser uma refrigeração à parte.

Então do ponto de vista de acompanhamento dos casos e do atendimento emergencial, poderíamos pensar em soluções ou pelo menos fazer uma análise para verificar onde estão havendo falhas, para ver se de fato há necessidade de uma situação tão específica dessa natureza, pensando sempre em termos de custo benefício, do ponto de vista de Saúde Pública e ação pública.

Além disso, há um terceiro fator muito importante, vamos supor, quando o adolescente ou a criança já tem um treinamento para uma autoaplicação e faz essa autoaplicação, é lógico que a responsabilidade naquele momento é dela mesma. Se o professor, dentro de uma escola, vai fazer a aplicação em uma criança e por alguma razão acontece algum tipo de evento negativo, aquilo traz uma consequência de responsabilização sobre o profissional da educação.

Então é muito complicado começarmos a responsabilizar profissionais da educação sobre ações dessa natureza. Outra solução mais adequada seria por um profissional de saúde dentro da unidade. Agora, teria de ser analisada a proporção de casos em que isso acontece e que não estão sendo atendidos pelo sistema que já está em vigor, para verificar se de fato demandaria a presença de um profissional e um sistema de refrigeração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Obrigado.

Prosseguindo, segunda audiência pública ao PL 137/2014, do Vereador Eduardo Tuma, que dispõe sobre a proibição, distribuição e venda de bebidas destinadas ao público infanto-juvenil acondicionadas em embalagens que se assemelham a bebidas alcoólicas no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

Há oradores inscritos? (Pausa) Pela ementa já vemos que é meritório, para não habituar as crianças, familiarizar desde pequenos com bebidas alcoólicas e evitar os malefícios do alcoolismo. Deverá prosperar esse projeto. Realizada então a segunda audiência pública ao PL 137/2014.

Próximo item, segunda audiência pública ao PL 392/2014, da Vereadora Patrícia Bezerra, dispõe sobre obrigatoriedade da colocação de placas nas entradas dos locais que especifica, com os seguintes dizeres: a exploração sexual de crianças e adolescentes é crime punido com reclusão de quatro a 10 anos e multa, e dá outras providências.

Há oradores inscritos? (Pausa) Então fazemos a defesa por ela. Nem é necessário. O próprio mérito da ementa para evitar exploração sexual, o que é vergonhoso neste país. Deverá prosperar. Realizada segunda audiência pública ao PL 392/2014, da vereadora Patrícia Bezerra.

Encerrada a audiência pública a esses projetos, porém não ainda das manifestações daqueles que se inscreveram. Dr. João Bosco e Dr. Eurípedes já falaram. Temos mais quatro inscritos. Tem a palavra a Sra. Silvana Grande, do GT de Vulnerabilidade Social do Vereador Ricardo Young.

A SRA. SILVANA GRANDE – Boa tarde. Faço parte do GT de Vulnerabilidade Social do Vereador Ricardo Young e sou Fundadora e Presidente da OSCIP Ser Sustentável, que trabalha com foco em drogas e direitos humanos.

Apesar de estarmos no âmbito municipal o Senad tem cadastrados hoje 1.873

comunidades terapêuticas. E eu como ONG e OSCIP recebo denúncias diariamente de mortes, cárcere privado e maus tratos nessas comunidades terapêuticas, motivo pelo qual o Vereador Ricardo Young tem nos apoiado e gostaria de solicitar que compareçam no evento do dia 25 de maio, porque é de muita importância que seja aprovado, através da Covisa, um meio de fiscalização dessas comunidades terapêuticas.

Já temos projetos desenhados de um formato de franquia, para que se consiga padronizar processos porque esse é um problema de Saúde Pública. Por isso gostaria muito da presença dos Vereadores, pessoalmente enviei um convite para cada gabinete e peço que retornem por email confirmando a presença.

Também contando que esse é um problema de Saúde Pública urgentíssimo e que amanhã pode ser um filho de vocês que estará na Cracolândia. Não adianta falarmos de Cracolândia se não existirem lugares dignos para essas pessoas serem tratadas. Eu ainda acredito ser possível. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Rubens Calvo - PT) – Está presente o nobre Vereador Andrea Matarazzo.

A próxima inscrita é Dona Maria de Lourdes, que trouxe por escrito e pediu para que eu lesse.

Dona Maria de Lourdes é da zona Norte, trás um abaixo-assinado. A comissão irá acolher, e passará uma cópia, de imediato, às mãos de Dr. Eurípedes. São vários moradores identificados com RG, endereço:

Passo a leitura:

- Abaixo-assinado da Sra. Maria de Lourdes: (Nós abaixo-assinados...)

A SRA. MARIA DE LOURDES TRIGUEIRO DE SOUZA VIEIRA – Meu apelido é Malú. Estou participando da Comissão de Saúde, junto as UBS-AMA, A situação é péssima, inclusive, gostaria de saber do Dr. Calvo, se há a possibilidade de um vereador nos acompanhar para tomar conhecimento de como está a situação. Está calamitosa. Dá medo até de ter agressão física, porque a verbal já está tendo.

Agora com relação a essa água, digo ao nobre Vereador, me perdoe, não tenho muita cultura para falar como os senhores falam, mas, por favor, olhem essa água. Eu aluguei essa casa em uma imobiliária. As imobiliárias teriam de ter o mínimo de consideração e respeitar um CRECI, que se diz ser a delegacia das imobiliárias. Não sei bem. Não compreendo isso. Porque nos alugam casas maquiadas? Estou pagando. A caixa d'água foi descoberta agora pela Sabesp, de amianto, que é proibido. Agora estou tomando água do filtro. Não faz nem dois meses que coloquei a vela. Lavei ontem a vela e olha como está. Por causa do banho, amanheço com rachaduras pelo corpo. Inclusive estou com um problema no coração e segundo a médica não é congênita, a causa pode ser de muito stress, e ainda vou tomar água podre! Por favor, Srs. Vereadores que elaboram as leis me ajude em todas as esferas da sociedade. Estamos abandonados. Chegarei à Brasília, porque confio no meu poder em Cristo, para que a Sra. Presidente da República venha nos ajudar. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Rubens Calvo - PT) – Com a palavra o Sr. Laerte Brasil, da ONG Global Trabalhista Cidade.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou da ONG Global Trabalhista Cidade, e também Presidente Nacional da Confederação Geral dos Desportistas do Brasil, constituída á 30 dias atrás. Minha confederação emprega os atletas, treinadores, cientistas esportivas e profissionais da arbitragem desportiva. Saúdo a presença de todos os presentes, Srs. Vereadores da Comissão. Venho aqui falar sobre a Dengue. Em 2014 não houve uma prevenção bem empregada pelos governos municipais, estaduais e federais. Aqui no Estado de São Paulo o Governador, investe 0,30% da saúde, que contraria a Lei, que tenta investir cerca de 12% no

Sistema Único de Saúde. E a minha verba que eu tinha aí, vamos dizer, de prevenção de combate, a dengue agora em 2015, no Governo do Estado, essa verba desapareceu. Sumiu.

Em 2016, o Brasil vai sediar um dos maiores espetáculos esportivos da humanidade, os Jogos Olímpicos, e a nossa preocupação é que a dengue já atinge cerca de 10% dos atletas e desportistas no Brasil. Outra preocupação é a alarmante poluição da lagoa da Baía de Guanabara. Fizemos um estudo e a poluição da lagoa já matou cerca de 950 pessoas que moravam num raio de dez quilômetros de lá. A poluição lá é cem vezes mais do que a do rio Tietê. No ano passado, apresentamos às confederações internacionais a proposta de descentralização dos jogos olímpicos devido a essa contaminação que está acontecendo no Rio de Janeiro, e elas acataram a minha ideia.

Também no ano passado, houve um congresso em Istambul, mas foi um representante da nossa central. O representante do Comitê Olímpico não acatou a ideia, e os jogos olímpicos vão acontecer somente no Rio de Janeiro, o que, sem dúvida nenhuma, poderá contribuir para uma catastrófica epidemia nos atletas tanto do nosso país como do exterior, inclusive nos turistas, porque não houve prevenção do governo do Rio em relação ao avanço da dengue.

Já que estão presentes os representantes da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Esportes, vou falar de um estudo que fizemos aqui na cidade de São Paulo: 65% dos alunos das escolas na faixa etária de 6 a 18 anos estão acima do peso; 18% estão obesos e desenvolvendo doenças gravíssimas, como a diabetes; somente cerca de 9% praticam alguma atividade esportiva e 6% não têm condições nem de subir uma escada.

Nas 14 conferências nacionais de saúde que participamos em Brasília, nós defendemos a tese, que foi aprovada e que o Ministério está colocando em prática, sobre saúde nas escolas. Eu queria, portanto, saber do senhor como é que está esse projeto na cidade de São Paulo.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Tem a palavra o Sr. Lúcio Neves, da SOS Saúde.

O SR. LÚCIO JOSÉ DAS NEVES – Boa tarde a todos. Sou Lúcio Neves e ontem entreguei o cargo de presidente do Conseg de Vila Brasilândia e estou dando continuidade ao meu trabalho no SOS Saúde, já há oito anos na luta.

Eu vim aqui para saber sobre o documento que eu protocolei na audiência pública da Comissão de Saúde que houve na nossa região. Há um mês, eu cobrei, mas não tive resposta. Também quero informar que o Sr. Presidente notificou um problema no Hospital Vila Penteado, que foi questionado por mim, pois não era da alçada da área municipal. Da mesma forma, não tivemos uma posição dessa visita a esse hospital.

Nós munícipes estamos precisando de uma atenção maior da Comissão de Saúde desta Casa na nossa região no geral. No sábado passado, o Prefeito esteve na região e notificou que vai iniciar as obras do Hospital Vila Brasilândia. Vejam bem, não somos contra o hospital, claro que não, mas primeiro temos que melhorar o que nós temos na região: um único pronto-socorro isolado, o PS 21 de Junho, hoje administrado pela OS Santa Casa, e as nossas unidades básicas de saúde.

É bem triste saber, como o Prefeito anunciou, que as unidades do Jardim Brasília e do Damasceno não vão ser possível de serem construídas porque não há verba, mas vai ser construído um hospital lá na Vila Brasilândia. Torno a dizer que não somos contra o hospital, porque, claro, precisamos, mas eu acho que a gente tem que ter apoio da Comissão de Saúde na nossa região para nós discutirmos esse assunto com mais clareza em relação à falta de médicos, à falta das unidades básicas de saúde, à falta de médicos e sobre o Hora Certa e as AMAS. Estamos com grandes problemas na nossa região em relação à questão da saúde.

O que estamos precisamos agora é apoio. Em nome do SOS Saúde, vou apresentar um ofício à Comissão e espero que sejamos atendidos, como éramos no passado, quando a Comissão, por várias vezes, esteve com a gente.

Queremos discutir essa questão e aclarar a questão da saúde no nosso bairro.

Para tanto, eu gostaria que o Presidente e os demais representantes da Comissão dessem um pouquinho mais de atenção para nós da zona Norte, porque, como eu falei, as Unidades Básicas de Saúde que estavam no programa do governo, a do Jardim Brasília e a do Damasceno, não vão ser feitas por falta de verba.

Hoje, a gente não tem espaço na Secretaria para conversar com o Secretário como nós tínhamos no passado e por isso fica difícil.

Espero, então, que o Presidente da Comissão de Saúde realmente olhe essa questão. Vamos solicitar uma audiência pública da Comissão de Saúde no nosso bairro; não adianta a gente vir para cá, a gente quer lá no nosso bairro para esclarecimentos diversos da nossa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Só para informar que os Vereadores desta Comissão foram buscar recurso para iniciar a obra do hospital, porque a Prefeitura não tinha. Foi vendido o terreno para a rede hospitalar São Camilo, que estava dentro de um terreno municipal. Esse dinheiro, 70 milhões ao todo, se não me engano, é que vai construir o hospital, promessa de todo mundo.

Então, os Vereadores estão em cima; a gente faz a nossa parte. Agora, em relação ao governo local, a construção na região está programada para julho. O senhor fica em cima porque são todas as Secretarias juntamente com o Prefeito. Em junho, vai acontecer lá na minha região. Por eu sei, porque estou em cima também.

Na última reunião, decidimos que esta Comissão vai passar a fazer audiências públicas descentralizadas, mesmo que se dividam até no mesmo dia e cada Vereador represente a Comissão, pois tem autonomia para isso. É bom para a população que façamos essa interface e, de repente, alguns projetos advêm disso e são importantíssimo. Como o senhor falou, realmente, no passado havia mais audiências públicas nas regiões.

O SR. ANIBAL DE FREITAS – Sobre o comentário do Sr. Lúcio, é bastante

pertinente a sua solicitação, mas eu acho que a Comissão de Saúde está muito atuante. Tanto é que, às vezes, nós não somos bem-quistos, Presidente. No sábado, eu estive na conferência de saúde da região do Jacanã/Tremembé, e o Dr. Alberto, coordenador de lá, nem citou o meu nome. Eu deixei de ir no Câmara no seu bairro para ir lá.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Ele está falando que ninguém gosta do Dr. Alberto. A verdade é esta, Dr. Eurípedes: ninguém gosta do Dr. Alberto. É incrível, mas eu não sei o que acontece com ele. Eu fui cumprimentá-lo, porque eu sou educado; pelo menos eu fui até ele estender minha mão. Ele nem se ligou; nem sei se ele sabe que eu faço parte da Comissão de Saúde. Terrível. Eu só estou falando isso em deferência a você, Sr. Lúcio. Mas eu vou lá representando a Comissão de Saúde porque Jaçanã é a minha região. Faço questão de ir lá, porque se há uma coisa que o nosso presidente prega é que todos nós que fazemos parte da Comissão de Saúde sejamos atuantes e depois ainda nos pede relatórios. Ele é duro, não é fácil, e por isso que nós gostamos do nosso Presidente, que é bastante combativo, atuante. Se alguma coisa não acontece é por outros motivos.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Obrigado.

No ano passado, somando-se ordinárias e audiências públicas, contando com os feriados, nós fizemos uma média de quase duas por semana. Foram muitos os temas e de todas as reformas a gente participou. Então, esta Comissão está realmente muito atuante, muito mesmo, mas o resultado que o povo espera, infelizmente é que está pequeno por questão de verbas.

Alguém mais tem alguma informação? (Pausa)

Agradeço a todos a presença. Muito obrigado, Vereadores Aníbal de Freitas e Noemi Nonato, sempre presente e sempre relatando os projetos.

Sob a proteção de Deus, encerramos a audiência pública desta tarde. Até a próxima semana, se Deus quiser. Muito obrigado.

Não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os trabalhos da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher.